



## O trabalho de mulheres assentadas da reforma agrária no contexto de uma agroindústria familiar

Daniel do Nascimento<sup>1</sup>  
Jaqueline Patricia Silveira<sup>2</sup>  
Fabiana Thomé da Cruz<sup>3</sup>

**RESUMO:** As atividades realizadas por mulheres no meio rural historicamente foram tratadas como trabalho ligado ao espaço reprodutivo, doméstico e de cuidado, mantendo-se na subalternidade e configurando-se como *ajuda* e sem direito a renda. O presente artigo, que tem por objetivo analisar dinâmicas de trabalho de mulheres assentadas da Reforma Agrária no ambiente de uma agroindústria familiar e no ambiente doméstico, traz o estudo de caso da Agroindústria Mãos na Massa, localizada no Assentamento Sino, em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. A pesquisa, de caráter qualitativo, gerou dados por meio de entrevistas realizadas entre maio de 2019 e janeiro de 2020. Os resultados permitem considerar que, em decorrência da participação e do envolvimento das mulheres no processo de agroindustrialização, foi possível construir outro entendimento em relação ao trabalho das mulheres no campo, evidenciando potencialidades do trabalho coletivo, oportunizando novas relações sociais e apontando mudanças possíveis também em relação a unidade familiar, por meio do reconhecimento, valorização financeira e busca por equidade na divisão sexual do trabalho. Entretanto, embora tenha havido importantes mudanças em relação à divisão sexual do trabalho, seguem presentes dinâmicas patriarcais que implicam, entre outros aspectos, sobrecarga de trabalho para as mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres rurais; Assentamentos de reforma agrária; Agroindústria familiar rural; Divisão sexual do trabalho.; Trabalho coletivo.

### THE WORK OF WOMEN SETTLERS OF THE AGRARIAN REFORM IN THE CONTEXT OF A FAMILY AGROINDUSTRY

**ABSTRACT:** The work carried out by rural women has historically been treated as work related to the reproductive, domestic and care domain. Besides, it has been subordinated and configured as aid and without access to income. This paper, which aims to analyze the work dynamics of women settled by Agrarian Reform in the space of a family farm agro-industry and in the family environment, brings the case study of the Mãos na Massa Agroindustry, located in the Assentamento Sino, in Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. The research, from a qualitative perspective, brings out data from interviews carried out between May 2019 and January 2020. The findings allow to consider that as a consequence of the participation and involvement of women in the agro-industrialization process, it was possible to build a new rationality in relation to the work of rural women, highlighting the potential of collective work, providing new social relationships and possible changes also in relation to the family unit, through recognition, financial valuation and the search for equity in the sexual division of labor. However, the data also show that although there have been important changes in relation to the sexual division of labor, the patriarchal dynamics are still alive and imply, among other aspects, work overload for women.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [danipn1990@gmail.com](mailto:danipn1990@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestra e Doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). E-mail: [ajaquelinepsilveira@hotmail.com](mailto:ajaquelinepsilveira@hotmail.com)

<sup>3</sup> Programa de Pós-Graduação em Agronegócio/Universidade Federal de Goiás (PPGAGRO/UFG) e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: [fabianathome@ufg.br](mailto:fabianathome@ufg.br)

**KEYWORDS:** Land reform settlements. Rural women. Family farm agro-industry. Sexual division of labor. Collective work.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo diz respeito, em boa medida, a um esforço de sistematizar uma das estratégias de articulação e visibilidade de mulheres assentadas da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, especialmente no que se refere à valorização da participação política, ao envolvimento no trabalho produtivo e no acesso a renda monetária. Tal sistematização torna imprescindível atualizar o debate sobre avanços do protagonismo das mulheres em distintos espaços sociais e também localizar esse debate no meio rural, pois, na perspectiva de desenvolvimento rural adotada nesta pesquisa, que considera tal processo de modo amplo, o rural é um espaço que, como qualquer outro, requer ser pensado a partir do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

De acordo com tal abordagem, a busca da visibilidade do trabalho das mulheres no campo e, conseqüentemente, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), implica mudanças nas relações sociais e sexuais de trabalho, propondo novas formas de sociabilidade. Entretanto, é importante considerar que as relações de trabalho historicamente construídas, pautadas pela desigualdade de gênero e divisão sexual do trabalho, ainda podem estar presentes.

Desse modo, a problematização da pesquisa surge do escasso reconhecimento do trabalho das mulheres rurais que, por vezes, contribui para que as agricultoras sejam pouco valorizadas, tanto em aspectos sociais quanto financeiros. Não raro, essa situação pode repercutir em outras esferas da vida, contribuindo para que muitas delas não reconheçam sua importância enquanto agricultoras, fortalecendo as relações patriarcais e, em alguns casos, fazendo com que abandonem o meio rural para buscar melhores condições de vida e de trabalho.

Nesse contexto, emerge a pauta, no interior do MST, de criar alternativas para a permanência das mulheres no campo, de modo que elas possam gerar renda no espaço rural. Dentre as alternativas, estimula-se, entre outras atividades, a criação de agroindústrias familiares que, ao processar e comercializar alimentos, contribuem para a geração de trabalho e renda especialmente para mulheres e jovens (PROGRAMA AGRÁRIO DO MST, 2014).

Nesse cenário de estímulo e de necessidade de alternativas de trabalho e de renda para as mulheres, em 2009 foi formalizado o grupo de mulheres do Assentamento Sino, localizado em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. A constituição desse grupo foi possível pelo envolvimento das mulheres em diversas atividades do assentamento e do conjunto do MST, além de que, de modo informal, já produziam panificados para comercialização. Considerando essas iniciativas, também em 2009, foi formal-

izada uma associação que buscou organizar as mulheres para experimentar formas cooperadas de organização da produção e comercialização, a partir da produção de alimentos caseiros para serem comercializados em feiras e eventos do município.

Assim, em 2014, após o processo iniciado em 2009, surge a Agroindústria Mãos na Massa, com o objetivo de fortalecer a associação do grupo de mulheres em busca de autonomia e de novas formas de produção e comercialização dos produtos panificados, como massas, pães, biscoitos e bolachas. No início de 2020, período em que a pesquisa de campo foi concluída, a agroindústria contava com a participação de seis mulheres à frente do empreendimento que, dado o recorte da presente pesquisa, se constituem nas interlocutoras deste estudo. Todas elas são assentadas e, durante toda a vida *lutaram* muito para conquistar trabalho e renda. Todas têm uma trajetória de subordinação ao trabalho dos esposos e se colocaram por muito tempo como trabalhadoras invisíveis no trabalho doméstico e de cuidado, que não gera renda monetária e tampouco é valorizado socialmente. Ambas as mulheres tinham como entretenimento as experiências de trabalhos coletivos organizados pela direção e equipe técnica do MST. Entretanto, foi a partir dessas iniciativas que elas passaram a vislumbrar novos horizontes, para além dos muros de casa.

Dado tal contexto, o presente artigo tem por objetivo apresentar e analisar dinâmicas de trabalho de mulheres assentadas da Reforma Agrária no ambiente de uma agroindústria familiar e também no ambiente familiar, buscando discutir os sentidos do trabalho na vida dessas mulheres.

Para responder a tal objetivo, realizou-se uma pesquisa de campo que contemplou o grupo de mulheres do assentamento Sino, localizado no município de Nova Santa Rita/RS, que se inserem em uma agroindústria familiar rural de panificados. Essa agroindústria nasceu a partir do esforço coletivo das mulheres, com o apoio da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda (COOPTEC), que se organizava a partir de equipes técnicas de prestação de serviços aos assentamentos<sup>4</sup>, motivadas pela linha política do MST para organizar e potencializar o trabalho e a geração de renda para mulheres assentadas.

A geração dos dados da pesquisa em campo deu-se por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e observação. A análise buscou, a partir de categorias que emergiram do campo, dar voz às interlocutoras, observando ainda os significados atribuídos pelas mulheres às suas experiências. Considerou-se também o anonimato das entrevistadas, substituindo seus nomes verdadeiros por nomes de flores do campo, empregados ao longo do artigo para se referir às entrevistadas.

Este artigo encontra-se subdividido em quatro seções. Apresentam-se, inicial-

4 Em decorrência da política de cortes de gastos do governo federal no período de 2017, encerrou-se o programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), que realizava este trabalho junto aos assentamentos e, assim, as atividades da COOPTEC foram suspensas.

mente, aspectos acerca da ocupação e do trabalho das mulheres interlocutoras da pesquisa. Em um segundo momento, apresenta-se a noção de *ajuda* nas várias etapas das vidas das mulheres entrevistadas no assentamento. Para isso, visualiza-se uma espécie de linha do tempo para recordar desde o período em que estavam no acampamento, depois o processo de assentamento e sua construção de espaço para viver. Na terceira seção, busca-se discutir sobre o envolvimento das mulheres no trabalho da agroindústria Mãos na Massa em relação às suas vidas pessoais, trazendo questões que remetem a satisfação e melhoria da qualidade de vida por meio do trabalho e das relações de coletividade. Por fim, na última seção, são tecidas algumas considerações finais.

### **A GENTE ATÉ SENTE FALTA QUANDO NÃO VEM AQUI: O TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA VISTO COMO ENTRETENIMENTO**

De modo geral, a partir dos dados empíricos, pode-se dizer que o lazer das mulheres que integram a agroindústria Mãos na Massa sempre foi a participação em processos de lutas dentro do MST, como reuniões e ações, além do envolvimento nos grupos de mulheres para confeccionar artesanatos e remédios fitoterápicos. Elas consideram a agroindústria também um espaço de lazer, de *entretenimento*, um espaço onde se sentem úteis e em movimento, seja por meio da socialização entre elas ou pela relação com outras pessoas com as quais interagem durante o trabalho cotidiano.

Como os dados empíricos evidenciam, na agroindústria, as mulheres trabalham a partir de relação recíproca, que se vincula ao espaço de interatividade, em que elas consideram também ser um espaço de lazer ou de entretenimento, na medida em que se referem à agroindústria com frases como: “é muito bom estar aqui e aqui a gente dá muita risada”. O entretenimento aqui sugere visão restrita sobre lazer e diversão, isso porque as interlocutoras relatavam que antes da agroindústria o lazer delas era simplesmente sair de casa e ir às reuniões, ou também participar de oficinas promovidas às mulheres, como era o caso da produção de fitoterápicos, isto é, de um modo ou de outro, sair de casa. As entrevistas sugerem que, de certo modo, esse sentimento foi transferido para o trabalho na agroindústria que, por ser um local de trabalho fora do ambiente da casa que agrega socialização, é também um espaço de entretenimento.

Assim, entende-se essas situações a partir da perspectiva delas, como entretenimento e lazer. Quando questionadas sobre como costumam aproveitar o tempo livre, em linhas gerais elas respondem: estar de folga, tomar chimarrão, conversar e passear. Entre as falas, Girassol responde com outra pergunta: “Fora o serviço de casa? Ah eu vou passear”. Os dados das entrevistas sugerem, em boa medida, visão

restrita de lazer e entretenimento, ou talvez uma das poucas visões possíveis diante de suas trajetórias. Tal leitura se deve, possivelmente, ao fato de que ao longo da vida sempre foram mulheres que se dedicaram muito ao trabalho.

É assim que o termo entretenimento é usado pelas interlocutoras para se referir ao trabalho na agroindústria e, nesse caso, parece ser um termo usado para se referir às coisas que lhes fazem sentir bem, mas também para marcar sentimento positivo associado à sociabilidade que o trabalho na agroindústria, assim como outros trabalhos realizados de forma coletiva, proporciona. É nessa perspectiva que elas empregam o termo entretenimento e, portanto, é a partir desse significado e a partir de uma categoria empírica que se emprega esse termo aqui.

Pesquisas sobre mulheres rurais não abordam especificamente a noção de entretenimento, o que pode se explicado pelo fato de que esse termo emergiu de modo empírico nas entrevistas feitas com as mulheres interlocutoras desta pesquisa. Porém, no que se refere à categoria lazer, categoria que dialoga com a presente discussão, cabe menção ao estudo de Brummer (2004) que, ao pesquisar sobre a situação das mulheres na agricultura no Rio Grande do Sul, menciona a importância da renda para atividade de lazer, porém não explora teoricamente essa noção.

Do mesmo modo, Santos, Meira e Souza (2018), em estudo sobre o papel da mulher na cadeia produtiva do café em um município do interior da Bahia, no qual exploram, entre outros aspectos, atividades de lazer e de fins de semana, não avançam no sentido de definir teoricamente esta categoria. Entretanto, os dados apresentados pelos autores apontam que as mulheres interlocutoras daquela pesquisa consideram atividades de lazer ir à missa e participar de atividades sociais, como aniversários e visita a vizinhos e parentes. Além disso, várias mulheres disseram ficar em casa nos finais de semana, não se referindo especificamente a atividades de lazer. Tais resultados sugerem a invisibilidade do lazer e, para usar a categoria empírica adotada nesta pesquisa, do entretenimento para mulheres rurais.

Por consequência, em meio a uma dinâmica de trabalho tumultuada, que requer conciliar várias atividades, sejam produtivas, domésticas e/ou de cuidado, o tempo para o lazer se torna restrito. Desse modo, entretenimento para essas mulheres fica imbricado à satisfação no trabalho, especialmente a partir da interação com as demais sócias na agroindústria.

Essa reflexão se construiu a partir de questões sobre tempo de lazer, de diversão e de entretenimento, presentes nas entrevistas. Sobre esses aspectos, Gérbera, uma das mulheres participantes da pesquisa, quando questionada sobre tempo para lazer e atividades culturais, relata que não tinha tempo e ainda não tem. Ela diz que a única atividade que conseguia fazer era participar das reuniões e participar de encontros como a produção de plantas medicinais e preparação de fitoterápicos.

*Eu participava de reuniões... Nós tinha na época um horto, e daí nós tinha que ir na sede, ali no centro [na cidade de Nova Santa Rita]; a gente fez um horto ali e a gente fazia aquelas pomadas, xaropes... Isso eu participei muito tempo e era muito bom, porque daí a gente mudou aquele hábito de comprar na farmácia, então umas coisas a gente parou de comprar. (Gérbera, 52 anos)*

Quando Gérbera expõe que isso era o que lhe fazia sentir-se bem, acredita-se que seja pela possibilidade de sair de casa, socializar e conversar com outras pessoas, mas também pela possibilidade de reduzir os gastos com medicamentos. A vida no campo e no assentamento, às vezes, pode criar uma rotina muito individualizada, em que cada família se isola em seu lote e, na busca por garantia de condições de manutenção da vida, podem fragilizar laços de solidariedade entre a vizinhança. Então, fazer os remédios foi um caminho que também possibilitou a muitas mulheres do assentamento socializarem não só entre o grupo de mulheres, mas também com os vizinhos, por meio do cuidado, uma vez que, como também explicou Gérbera, os vizinhos vinham pedir remédio depois que ela aprendeu e começou a fazer fitoterápicos em casa.

As atividades de produção de medicamentos fitoterápicos como, por exemplo, tinturas, xaropes, pomadas, são bem recebidas no meio rural, não só por adquirir novos conhecimentos na área da saúde, mas também pela capacidade de diminuir custos com medicamentos, o que é aceito também pelos seus companheiros, especialmente a partir da perspectiva de economizar. Entretanto, sem perceber, mais uma atividade a elas é atribuída, uma vez que para a produção dos fitoterápicos é necessário tempo e trabalho, o que, ao se somar a uma rotina já bastante sobrecarregada, reforça, em boa medida, a naturalização da disponibilidade permanente do tempo das mulheres em atividades de caráter reprodutivo e de cuidado (FOUGEY-ROLLAS-SCHWEBEL, 2009). Nesse sentido, cabe salientar que a produção desses fitoterápicos caracteriza-se como trabalho de cuidado, definido por Kergoat (2016, p. 17) “como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem.” Assim, a atividade do cuidado também é atribuição dada às mulheres, não só no que diz respeito ao cuidado em relação aos filhos/as, mas também em relação aos esposos, pais, sogros e vizinhos, por exemplo.

Contudo, se por um lado, estar envolvida em atividades como a preparação de fitoterápicos se soma a um conjunto já extenso de atividades, sobrecarregando ainda mais as mulheres, por outro lado, estar fora de casa ou fazer um trabalho que lhes dê retorno, agrega a elas um sentimento de valorização e reconhecimento. Foi por meio desse aspecto que as mulheres se aproximaram para, coletivamente, produzir medicamentos, fazer costuras, fazer produtos para vender em feiras e,

aos poucos, constituir a associação e, mais tarde, construir a agroindústria. Nesse sentido, constituir e construir diz respeito não apenas a aspectos concretos, mas também se refere ao trabalho, a valorizar e reconhecer o esforço empregado e as habilidades desenvolvidas.

Assim, de modo geral, ao se referir a entretenimento, as interlocutoras da pesquisa apontam e reconhecem tal aspecto em diferentes fases da vida, presente, principalmente, nas situações e momentos relacionados ao trabalho coletivo. Esses encontros acontecem, sobretudo, fora do ambiente doméstico, situação que, atualmente, foi transferida para o trabalho na agroindústria. Esse aspecto fica claro na fala de Margarida: “Isso aqui [agroindústria] é uma benção, é muito bom, o dia que a gente não vem aqui a gente sente saudade.”

Cravina também relata em sua entrevista a satisfação de trabalhar no coletivo: “[eu] quero bem todas elas, eu não sei um dia se eu tiver que parar de vim trabalhar aqui como vai ser”. Ela, mesmo aposentada, sente-se bem no ambiente de trabalho da agroindústria e, por isso, por mais que tenha outras ocupações que também considera lazer e diversão, como é o caso dos encontros da igreja, Cravina continua trabalhando.

Durante as entrevistas, as mulheres demonstraram ainda que essa satisfação se dá para além de ser fruto de um sonho coletivo, em que cotidianamente uma fortalece a outra. É também um ambiente seguro, só de mulheres, onde elas têm liberdade para conversar entre elas sobre assuntos que não seria possível com a presença masculina. Em suma, é também o espaço de dialogar sobre possíveis problemas familiares, em que uma vê na outra uma amiga e confidente.

Uma evidência dessa relação de amizade é quando surge um imprevisto em que uma delas não pode comparecer ao trabalho; a falta da colega, como elas relatam, não é sentida simplesmente por sobrecarregar as mulheres que ficam, mas sim pela falta da companhia de quem está ausente. Nesse sentido, quando Girassol relata sobre a falta de Madiba no trabalho, por exemplo, ela descreve a ausência da colega por meio de uma habilidade que compete a Madiba, mas o que ela fala é repleto de significados que sustentam a noção de sentimento de falta física para além do trabalho, como sugere, a seguir, o trecho da entrevista:

*Cada uma tem uma habilidade em uma coisa... tem uma que tem mais prática numa coisa, outra noutra. E quando uma falta, a outra faz, não faz igual, mas faz. Que nem a Madiba, ela tá doente e ela é a “mãe das cueca-virada”, mas nós fizemos também, mas não fica a mesma coisa. (Girassol, 44 anos)*

Quando Girassol relata que Madiba é a *mãe da cueca-virada*<sup>5</sup> é sobretudo uma

<sup>5</sup> Cueca-virada é um bolo frito doce, feito com farinha de trigo e ovos, muito popular na cultura brasileira, porém sofre

valorização do trabalho da colega, referenciando que ela faz a melhor *cueca-virada* da agroindústria. Do mesmo modo que Girassol explica a ausência de Madiba na agroindústria, situações como essa aparecem em outras entrevistas, em que uma enaltece e reconhece o trabalho da outra, evidenciando que a ausência de uma colega não se trata somente da falta física e aumento ou acúmulo do trabalho. O que as mulheres explicam está para além de uma relação de trabalho, é superior a isso e remete a falta das conversas diárias para as que continuam no trabalho e, para as que, por algum motivo, não podem ir até a agroindústria, é a falta do trabalho reconhecido, situação muito distinta se considerada a não valorização do trabalho que elas realizam dentro de casa, por exemplo.

As entregas dos produtos que elas organizam por meio de rodízio entre elas também são consideradas atividades que agregam satisfação e de alguma forma são consideradas por elas como entretenimento, pois permitem sair do ambiente da agroindústria e ampliar ainda mais as relações e contatos, sejam com os mercados, escolas, feiras, entre outros locais de entrega dos produtos. Essa atividade é considerada mais agradável em decorrência do fato de sair da rotina diária de dentro de casa e da agroindústria. Pelo grupo ser formado apenas por mulheres que dispõe dessa autonomia no trabalho – vale mencionar que, das seis trabalhadoras da agroindústria, três delas dirigem, o que se soma a autonomia do grupo –, elas se sentem ainda mais confiantes e integradas no trabalho e na sociedade, conforme relata Girassol: A gente trabalha aqui, a gente vai no mercado, ajuda fazer entregas, é um rodízio, cada semana uma vai para a feira, conversa com as pessoas, a gente parece que ficou mais [viva]... eu quando tava em casa parecia que não existia. (Girassol, 44 anos)

Girassol remete também à importância da autonomia do grupo de mulheres que, além de produzir, são responsáveis também pela comercialização. Assim, como explicam, valorizam esse momento de troca com consumidores(as) e estabelecem uma relação de confiança e fidelidade com eles(as). Esses espaços garantem, portanto, além de uma nova rotina do trabalho, agregar novas possibilidades, como a apresentação do produto e autovalorização, visto que elas se sentem orgulhosas de entregar os produtos, o que lhes permite falar deles, apresentar para o mercado, etc.

Na comercialização dos produtos, estabelece-se, portanto, novas dinâmicas que vão para além da satisfação e entretenimento relacionados ao convívio entre mulheres e à produção em si. Desse modo, a entrega realizada por elas mesmas assume ademais um papel de motivação e fortalecimento do trabalho a partir das possibilidades de trocas e sociabilidade. O envolvimento das mulheres também a frente da comercialização é especialmente importante se considerarmos outros estudos, entre eles o de Boni (2006), que aponta que os homens quando percebem

variações de nomeação conforme regiões brasileiras e comunidades étnicas.



que a agroindústria está dando certo, se envolvem e assumem especialmente a parte da comercialização.

Essa interação não era possível quando estavam somente no ambiente familiar, situação em relação a qual Girassol afirma: eu me sentia invisível dentro de casa. Essa frase de Girassol reflete trabalho não reconhecido e tampouco valorizado, ou seja, um trabalho que sequer é visto. O trabalho invisível e mal remunerado é abordado por Melo e Di Sabbato (2006) sob a perspectiva da jornada de trabalho no meio rural. Os autores apontam que a invisibilidade do trabalho é um problema que atravessa também os instrumentos de pesquisa de levantamento de dados para quantificar o trabalho feminino. Como argumentam os autores, os critérios empregados em pesquisas sobre trabalho no meio rural excluem parcela da população do meio rural, especialmente as mulheres, na medida em que não consideram a produção para autoconsumo, o trabalho de cuidado e o trabalho doméstico como jornada de trabalho, o que conseqüentemente afeta as mulheres no que se refere à visibilidade do seu trabalho, uma vez que são elas as principais responsáveis por essas atividades.

Com isso, a invisibilidade para as mulheres assume uma dupla conotação, em que, por um lado, a mulher se sente invisível pelo trabalho não reconhecido no interior da unidade familiar e do mesmo modo pela sociedade, pois não tem espaços de interação. Por outro lado, o trabalho é invisível também aos instrumentos de pesquisa, que são os que fornecem dados para elaboração de políticas públicas, por exemplo, de modo que, a depender da forma como são construídos, podem contribuir para aumentar, de forma institucionalizada, a invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres.

Sendo assim, quando Girassol aponta o tema da invisibilidade no trabalho, ela sugere que conseguiu sair dessa situação a partir do trabalho na agroindústria, pelo reconhecimento do trabalho, pela possibilidade de socialização com outras mulheres e pelo sentimento de pertencimento, o que antes não era presente em sua vida.

De maneira geral, todas as interlocutoras desta pesquisa apontaram que o trabalho na agroindústria é importante para que elas se sintam bem, saudáveis e felizes. Agora, na agroindústria, como elas se sentem bem trabalhando, acreditam ser ali o espaço para momentos de trabalho remunerado e também de entretenimento, e o tempo livre é em casa. Porém, o tempo livre do trabalho remunerado, conforme uma lógica empregatícia convencional, em que ficar em casa é considerado dia de folga, no caso dessas mulheres significa, conforme observações da pesquisa, limpar e organizar a casa e, depois, se sobrar tempo, fazer alguma outra atividade que a maioria delas diz ser passear. Dados alinhados com pesquisa da Bahia

Quando questionadas, em grupo, sobre o que elas pensam sobre bem-estar, elas respondem: “Bem-estar é trabalhar com tranquilidade, sem estresse, trabalhar no

que gosta”. Diante de respostas como essas, as mulheres indicam que o trabalho é o fundamento para tudo na vida delas, ou seja, quando se referem a lazer, diversão, entretenimento, elas citam dentro disso as relações de trabalho nas diferentes dinâmicas, seja ele no ambiente doméstico ou na agroindústria, especialmente quando elas analisam em relação a trabalhos anteriores, em relação aos quais elas reclamam das condições em que eram realizados.

Fica implícito, portanto, que, para as mulheres da agroindústria analisada nesta pesquisa, o trabalho é a condição de satisfação, entendendo com isso o desenvolvimento pessoal, emocional e econômico. Nesse sentido, somando ao convívio com as colegas, é que elas atribuem ao trabalho na agroindústria o sentido de entretenimento.

Tendo presente a dimensão da representatividade do trabalho para o cotidiano da vida dessas mulheres, na próxima seção o objetivo volta-se a refletir sobre as relações de trabalho, buscando entender quais mudanças foram possíveis também no ambiente familiar dessas mulheres.

### **ELE ME AJUDA: DINÂMICAS DE TRABALHO NO AMBIENTE DOMÉSTICO E NA AGROINDÚSTRIA**

A categoria ajuda emergiu a partir da pesquisa de campo, ao longo das entrevistas. Posteriormente, durante a transcrição e sistematização dos dados empíricos, foi possível perceber que o termo é empregado em diferentes contextos, mas, marcadamente, remete à ajuda masculina nas atividades domésticas.

O termo ajuda é utilizado como forma de explicar que o marido estaria fazendo um serviço que não é propriamente dele, entendimento que pode ser adotado também para a mulher no caso de ela estar fazendo a atividade que seria de seu esposo. Essa questão, que se refere à divisão sexual do trabalho, diz respeito ao contexto em que o homem colabora com atividades atribuídas social e culturalmente às mulheres, ou vice-versa. Paulilo (1987) aponta que a classificação do trabalho enquanto ajuda está relacionada ao tipo de atividade realizada no contexto rural, se “pesado” ou “leve”, de modo que é considerado ajuda e “leve” quando realizado por mulheres e crianças; quando realizado por homens, não é considerado ajuda e, nesse caso, é classificado como trabalho “pesado”. Nesse sentido, cabe considerar a análise de Sartre *et al.* (2013, p. 109), que argumenta que “a divisão de papéis nada tem de natural e sim é uma construção social”. Portanto, o trabalho realizado na esfera produtiva é considerado pesado e, por isso, geralmente é atribuído aos homens, enquanto o trabalho reprodutivo e de cuidado é entendido como leve, sendo comumente delegado às mulheres. A “naturalização” ocorre quando a mulher ajuda o homem na lavoura, como ocorre, por exemplo, no contexto estudado, em que a

lavoura não é considerada um espaço para mulheres, ainda que as mulheres sempre tenham trabalhado nesse espaço produtivo, ou seja, esse trabalho é naturalizado por meio da noção de ajuda, visto que, assim, não se considera responsabilidade da mulher as atividades realizadas nesse espaço. É central considerar também que ajuda é voluntária e sem direito a renda.

Nesse sentido, cabe destacar que, no contexto estudado, a principal renda de um lote é oriunda da lavoura (trabalho produtivo) e não do ambiente doméstico (trabalho reprodutivo e de cuidado). Boni (2006) contribui para refletir sobre a ideia de trabalho produtivo, reprodutivo e de cuidado ao explicitar que o primeiro é o que gera renda monetária e, na maioria dos casos, é de responsabilidade masculina. Sendo assim, a ajuda ganha dimensões que pesam muito mais para as mulheres, que combinam distintas atribuições – como as domésticas, as de cuidado e as da lavoura –, do que para os homens, que têm suas tarefas ligadas a lavoura. Como afirma Boni (2005, p. 53), “na separação entre produção e reprodução, o homem, chefe de família, é considerado o responsável pela produção e à mulher e aos filhos foram delegados os encargos de ajudantes.”

Entretanto, o trabalho dos “ajudantes” é o que configura a manutenção e a reprodução familiar, porém sem o devido reconhecimento, sob o caráter da invisibilidade. Como aborda Boni (2005, p. 52), “a divisão sexual do trabalho na pequena propriedade rural é nítida e de caráter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão das funções é o homem”. Porém, a configuração ideal é que ambos os trabalhos fossem compartilhados, porque trata-se de uma unidade de produção familiar, implicando, portanto, a participação de todos. O peso da ajuda é refletido por Langbecker (2017, p. 130), que analisa essa categoria considerando-a vinculada a “formas simbólicas de dominação, em que submetem o trabalho feminino ao desvalor”. Nesse sentido, mesmo que o trabalho das mulheres na lavoura exige delas duplo esforço, uma vez que precisam combinar essa tarefa também com as atividades domésticas, seus esforços de trabalho não são remunerados e tampouco valorizados, refletindo em submissão e sobrecarga de tarefas.

Além disso, também no ambiente doméstico, via de regra, o trabalho das mulheres na unidade familiar se torna invisível, desvalorizado, inclusive pelo fato de não gerar renda monetária. Isso é sentido também pelas mulheres interlocutoras desta pesquisa e se expressa em afirmações como a de Girassol: “[quando a gente chegou aqui] eu comecei a pensar que eu tinha que fazer alguma coisa para gerar renda mensal”. Ao fazer tal afirmação, Girassol faz referência ao fato de que a renda da terra é do esposo, entendimento que, desde a titularidade do lote, coloca a mulher em posição de submissão ao marido. E se a renda da terra, considerada como do marido, não é suficiente para a família, as mulheres, na maioria dos casos, precisam

encontrar meios de somar à renda familiar, seja em atividades desenvolvidas dentro da propriedade, na produção leiteira ou de hortaliças por exemplo, ou em trabalhos externos ao lote.

Esse entendimento, presente na fala das mulheres entrevistadas, aponta que essas mulheres têm entendimento de que no lote a renda está sob administração do homem. Sendo assim, percebe-se que, quando um estava trabalhando no espaço do outro, ou seja, nesse caso, quando as mulheres trabalham na lavoura, trata-se de ajuda, trabalho voluntário, sem direitos e também com esforços não equivalentes. Além disso, como já evidenciado em Brumer e Anjos (2008), ressalta-se também que a ajuda da mulher ao marido é mais frequente do que o inverso, isto é, é mais comum a mulher estar inserida nos trabalhos na lavoura do que o homem em trabalhos domésticos e de cuidado.

No que se refere ao escopo do que se constitui em trabalho ou atividade doméstica, cabe considerar que se trata de um conjunto de atividades que estão para além do espaço físico da casa, compreendendo o espaço externo, com a produção para o consumo da família e o cuidado dos animais. Nesse sentido, quando questionada sobre a divisão das tarefas domésticas, Madiba, analisando a própria situação, salienta: “Era tudo junto, o que um fazia o outro fazia. Ele me ajudava a fazer as coisas para a feira e eu ajudava ele fazer as outras lidas”. Antes de ingressar na associação de mulheres, Madiba tinha um ponto de venda na feira municipal, na qual vendia hortaliças. Essa contextualização é importante porque permite compreender que esse tudo junto empregado quando ela se refere às atividades domésticas, refere-se apenas a uma parte do trabalho doméstico, o externo ao lar. Referente a essa questão, Madiba conclui que, dentro de casa, o trabalho era só dela, e explica isso pelo fato de que desde que sua mãe ficou doente, todo o trabalho dentro de casa, que antes era dividido com a mãe, passou a ser responsabilidade somente dela, situação que a interlocutora entende como natural, sugerindo que elas seriam as mulheres da casa, logo, responsáveis por esse trabalho.

Em um segundo momento, em que as mulheres passam a ocupar maior parte de seu tempo no trabalho na agroindústria, os trabalhos domésticos passaram a ser secundarizados por elas, que mesmo com reorganização do tempo de trabalho, tendo que dormir mais tarde e acordar mais cedo para ter tempo de fazer todo o trabalho da casa e da agroindústria, passaram a contar com maior apoio de seus companheiros, em situações como, por exemplo, estender roupa, lavar a louça, aquecer a comida. Para elas isso significou uma grande mudança, que elas consideram ter sido possível em decorrência de seus trabalhos na agroindústria, já que os maridos perceberam que se tratava de um trabalho rentável e também um ganho para a família. Mesmo assim, a “ajuda” dos companheiros é restrita porque, como elas explicaram durante

as entrevistas, sempre que elas estão em casa, o trabalho doméstico é exclusivo delas, pois consideram, de modo geral, que, estando em casa, elas teriam tempo para tal.

Mesmo com a contribuição dos maridos em algumas tarefas pontuais, o trabalho doméstico é concentrado sob responsabilidade das mulheres. Sobre isso, Madiba explica que o trabalho continua o mesmo, porém se esforça para responder a demanda ampliada de trabalhos, ou seja, em casa e na agroindústria: “Olha, continuo tendo trabalho em casa, parece que aumentou mais. Chego e tem tudo parece para a gente fazer, mas eu dou conta daqui [agroindústria] e em casa. E ainda tiro leite e faço queijo.” (Madiba, 45 anos)

Percebe-se através da fala de Madiba um certo orgulho, valor expresso por ela que manifesta a sua capacidade de trabalhar muito tanto no lugar que é dela por “dever”, por obrigação, ou seja, em casa, quanto na agroindústria, que, de certo modo, é uma opção dela. Com base nisso podemos refletir acerca da naturalização da condição das mulheres em relação a sua disponibilidade permanente para o trabalho doméstico que considera que, mesmo saindo do ambiente doméstico para trabalhar, as tarefas da casa seguem sendo seu “dever”, cabendo a elas encontrar formas de conciliação das múltiplas responsabilidades.

Madiba também se refere a questões vinculadas à horta, atividade que era sua principal ocupação para gerar renda antes da associação e do trabalho na agroindústria, e, nesse contexto, sinaliza: “este ano eu falo que morei em cima da laje, não plantei nada”. Ao fazer essa afirmação, Madiba explica que não dedicou tempo ao trabalho na horta e, como ela complementa, “as galinhas acabaram destruindo o que restou”. Por meio dessa fala de Madiba, percebe-se que na ausência dela, não teve substituição de outra pessoa da família para cuidar de algumas tarefas que compreendem os arredores da casa, sobretudo da horta, pois esse também é um trabalho considerado doméstico e, portanto, responsabilidade das mulheres. Nota-se que o tom da interlocutora sugere lamento por não conseguir fazer todas as atividades em relação ao trabalho que seria seu por obrigação.

Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007) apontam que essa situação de não divisão das tarefas domésticas vivenciada pelas mulheres se naturaliza inclusive entre as mulheres que estariam conscientes da desigualdade na divisão sexual do trabalho. De acordo com as autoras,

[...] o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607)

A definição dos papéis que são considerados como trabalho masculino ou feminino vem, aos poucos, se modificando, porém muitas situações permanecem inalteradas, como a renda da terra que, via de regra, continua sendo do homem, ao passo que a mulher continua trabalhando no lote e tomando conta da casa e das tarefas diárias sem, contudo, ter renda a partir desse trabalho. Isso impacta, também, em relação ao trabalhar fora, afinal, mesmo sendo o trabalho na agroindústria dentro do assentamento, localizado próximo ao pátio de suas casas, é considerado um trabalho extra/fora e esse entendimento se reflete sobre a configuração de tempo destinado a produção/reprodução no interior da unidade familiar. Somando-se a isso também se percebe maior posição de autoridade do esposo sobre o lote, pois, desde o início do trabalho na agroindústria, as mulheres têm menor disponibilidade para as atividades agrícolas na lavoura e seus trabalhos passam a ocorrer de forma mais esporádica dentro do lote.

Esse entendimento está presente na fala de Margarida, que afirma: “a terra é dele, eu deixo pra ele, ele que mais cuida”. A fala de Margarida deixa subjacente a ideia de que como ela trabalha fora da unidade familiar de produção, não tem como cobrar a renda da terra, embora seja legalmente proprietária do lote, assim como seu esposo. Isto é, se antes o motivo de a mulher não se sentir proprietária do lote onde vive era devido ao fato de o homem ser o administrador do lote, ficando a cargo da mulher o trabalho entendido como secundário, como ajuda na lavoura e as tarefas domésticas, agora elas têm o entendimento de que como trabalham fora e contribuem menos no trabalho na lavoura não tem direito ao recurso gerado por essa produção, se responsabilizando, em maior ou menor grau, pelo menor tempo de trabalho dedicado à casa e à família.

As entrevistas realizadas para esta pesquisa indicam, contudo, que muitas mudanças ocorreram na transição para a agroindústria, ou seja, para um espaço de trabalho externo ao ambiente familiar, mudança que, entre outros aspectos, parece se concretizar no sentimento que as mulheres apontam na relação entre trabalho e pertencimento. Por meio do trabalho na agroindústria, essas mulheres se tornaram empreendedoras e donas de seu próprio negócio, gerando sua própria renda e sentindo-se valorizadas e reconhecidas como trabalhadoras. Soma-se, desse modo, o trabalho produtivo também das mulheres, de modo que igualmente elas passam a ser responsáveis pela renda familiar. Esse simbolismo de renda para as mulheres no meio rural tem um peso importante na configuração familiar, em termos de emancipação feminina.

Entretanto, as mulheres continuam a exercer, possivelmente com a mesma frequência, como sugerem as entrevistas, o trabalho reprodutivo e de cuidado no interior de seus ambientes familiares, otimizando tempo e planejando as tarefas,

o que se expressa na fala de Madiba, que considera que o trabalho só aumentou. Todavia, as mulheres deixaram de ocupar tempo para trabalho na lavoura, destinando esse tempo agora para o trabalho na agroindústria.

À medida que a agroindústria começou a dar retorno financeiro para o núcleo familiar, o trabalho passou a ter aceitação e ser valorizado pela família. Isso possibilitou alguma reconfiguração do trabalho doméstico e de cuidado, especialmente em relação às atividades consideradas das mulheres. Assim, elas precisaram reorganizar a rotina de atividades domésticas para poder se dedicar ao trabalho na agroindústria.

Nesse sentido, a reorganização da rotina das mulheres trouxe certo estranhamento no início, sobretudo pela falta de tempo dedicado ao lar, como relata Margarida, se referindo ao fato de que precisou se adaptar à nova dinâmica também em relação à casa, sugerindo, como no trecho a seguir, que o dever de cuidado com o lar é seu: “Agora tu trabalha diferente, às vezes tu consegue pagar alguém pra dar uma faxina no final do mês.”

Esse relato revela também a naturalização do trabalho reprodutivo e de cuidado como responsabilidade das mulheres, evidenciando ainda que, mesmo que a Margarida não o faça, cabe a ela contratar e pagar outra pessoa para fazê-lo. Assim, mesmo que haja essa delegação do trabalho doméstico a outra pessoa, “a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607). Cumpre destacar que essa atividade de gestão do trabalho delegado também é invisibilizada.

Ainda com relação a reorganização da rotina de trabalho, como os filhos estavam crescidos – com exceção da situação de uma trabalhadora, Dália, que atua na função administrativa –, logo outra dinâmica de tempo e de trabalho foi constituída e a prioridade deixou de ser cuidar a casa, que passou a ser serviço secundário, devido a necessidade de tempo dedicado ao trabalho na agroindústria.

Tal mudança contribuiu também para o reconhecimento da importância do trabalho das mulheres na agroindústria, especialmente porque em algumas situações o trabalho doméstico não era feito ou porque em alguns casos as iniciativas de trabalho doméstico passaram a ser realizadas pelos homens, algo que até então não havia ocorrido. Apesar dessa mudança, o trabalho realizado pelos maridos na esfera doméstica ainda é considerado ajuda para ambos, ou seja, tanto para o homem quanto para a mulher, uma vez que quando o homem realiza alguma tarefa doméstica a mulher não entende como divisão de responsabilidades e sim como ajuda. De todo modo, esse contexto evidencia alteração, mesmo que incipiente, na configuração da divisão sexual do trabalho. Imbricado a esse processo de reconfiguração das atividades domésticas na unidade familiar, as mulheres passaram

a gerenciar a renda que recebem da agroindústria, mas, por outro lado, continuam sem direito à renda oriunda do lote, o que elas indicam entender como plausível, pois sua contribuição na unidade familiar e, assim, na lavoura, diminuiu desde o início do trabalho na agroindústria.

As entrevistas e dados gerados em campo e apresentados ao longo desta seção sugerem que houve certo avanço em relação à divisão sexual do trabalho e à valorização do trabalho das mulheres, avanço que mesmo sendo tímido foi possível por meio do trabalho na agroindústria, que alterou a forma de pensar das mulheres, sobretudo em questões de trabalho coletivizado. Entretanto, as relações de autoridade se mantêm com a mesma força nas questões de domínio da terra, tempo dedicado ao trabalho e nas práticas diárias entendidas como trocas de ajuda no ambiente familiar. Essa situação é evidenciada também por Kergoat (2019) que, ao analisar a categoria trabalho no âmbito dos estudos de gênero, considera que o acesso ao trabalho remunerado continua a constituir a base da autonomia das mulheres, o que não implica, contudo, libertação.

Tendo apresentado, nesta seção, aspectos relacionados ao trabalho doméstico e na agroindústria, apresenta-se, na próxima seção, como as mulheres interlocutoras desta pesquisa expressam as mudanças ligadas às dinâmicas de vida, valorização e reconhecimento pessoal e coletivo.

### **MUDANÇAS NA VIDA DAS MULHERES SOBRE O ASPECTO DA VALORIZAÇÃO ENQUANTO TRABALHADORAS RURAIS**

Ao longo da trajetória das mulheres interlocutoras desta pesquisa ocorreram grandes processos de mudanças tanto em suas vidas individuais e familiares quanto em relação a suas formas coletivas de organização para o trabalho. Nesta seção, busca-se explorar quais foram as mudanças possíveis a partir da inserção e do trabalho na agroindústria, ou seja, nesse novo espaço produtivo.

Nesse sentido, fica visível nas entrevistas das mulheres a importância do trabalho na agroindústria como um processo não apenas de construção de identidade como também de valorização e de reconhecimento pessoal. Mesmo elas relatando que o trabalho aumentou, salientam que, de modo geral, a vida melhorou. Esse sentimento positivo em relação a suas trajetórias de vida reflete tanto a melhoria nas condições de vida por meio de acesso à renda quanto a sociabilidade, construída por meio da capacidade que elas demonstram em desenvolver o trabalho de forma coletiva. Essas mudanças podem ser expressas por meio do trecho a seguir, em que Gérbera comenta sobre o trabalho: “Aumentou (risos), mas só ganhei! [...] Nossa! Principalmente de tu aprender a trabalhar no grupo, eu nunca tinha trabalhado assim direto. E a gente aprendeu muita coisa.” (Gérbera, 52 anos)

O trabalho coletivo para as mulheres significou também um novo jeito de



sociabilizar, de respeitar as diferenças e aprender com elas a fim de somar em nome de uma proposta maior, que remete ao envolvimento em um projeto de trabalho e de acesso à renda, fruto de um sonho coletivo que lhes permite também novas formas de relações sociais. Conforme relata Dália, “a gente quer ver crescer, quer buscar mais mercados, melhorar para todas”. Ainda segundo Dália, pelo fato de a agroindústria ser constituída só por mulheres, pelo tempo de trabalho que já acumularam juntas, elas já têm uma conexão, percebem quando uma não está bem, especialmente no caso de problemas fora do ambiente da agroindústria, de modo que conseguem trabalhar também com essas situações, por meio da compreensão.

Em relação aos primeiros anos de trabalho coletivo na agroindústria, em que estavam inseridas em um ambiente novo, possivelmente estranho a elas, mencionaram que tiveram problemas com as diferenças internas devido ao fato de estarem muito despreparadas pelas demandas que vinham se somando, em um contexto em que tudo era novo e precisava ser aprendido, o que em certa medida resultava em tensões e descontentamento. Porém, apesar disso, a forma que elas encontraram de buscar consensos, definições e acordos por meio de reuniões e diálogo sempre as auxiliou para que o andamento diário de trabalho funcionasse bem.

Desse modo, com o passar do tempo de trabalho coletivo, as mulheres conseguiram estabelecer uma rotina de trabalho em que todas elas contribuem em todas as tarefas, de modo a não pesar mais para uma do que para outra. Para tanto, organizam rodízios para as tarefas e funções não ficarem desproporcionais, organização que no ambiente familiar, por exemplo, não é absorvida com facilidade.

Assim sendo, na agroindústria, as mulheres experimentam novas relações de trabalho, nas quais aparece o sentimento de ajuda mútua entre elas, categoria por meio da qual elas expressam o valor do trabalho coletivo, no qual se fortalecem e criam metas conjuntas, a partir da compreensão do trabalho como um processo de construção. Nesse processo, elas elaboram acordos coletivos, por meio dos quais definem prioridades, tendo sempre como objetivo o crescimento do empreendimento.

As mulheres relatam de forma unânime que a vida melhorou em grande medida após o trabalho na agroindústria, inclusive no que se refere à saúde e à autoestima, conforme relata Margarida:

*Tudo para melhor, te digo assim a autoestima, a saúde, de levantar cedo é muito bom, porque se eu tivesse em casa eu ia estar enorme de gorda, depressão, sabe. E assim tu sai, tu chega em casa, tu faz as coisas com vontade, de manhã tu levanta, tu chega aqui sempre eu brincando com elas. Muito bom!*  
(Margarida, 61 anos)

De modo complementar ao trecho de entrevista acima, Margarida conclui também que se sente motivada para o trabalho, tanto em casa quanto na agroindústria; considera que o trabalho coletivo é como se fosse uma terapia diária para ela, que a anima a acordar cedo e ir ao trabalho. Margarida, já aposentada, viu na agroindústria uma forma saudável de ocupação, uma vez que os filhos já não moram mais em casa e seu esposo também é aposentado, situação que contribui para que o trabalho em casa e no lote já não lhes exija tanta dedicação. Com a renda da agroindústria ela consegue auxiliar os filhos em suas despesas e o marido com compras para o desenvolvimento da unidade familiar, como, por exemplo, para os cuidados com os animais, incluindo medicamentos, e pagamento de prestações, entre outros gastos.

Dona Cravina, também aposentada, diz que o trabalho na agroindústria mudou a vida dela, que ela se sente realizada: “não sei usar a palavra agora, mas me senti mais assim como se tivesse me realizado” (Cravina, 66 anos). Cravina conta também sobre o que foi possível fazer depois que começou a trabalhar na agroindústria, que antes não era prioridade, pela carga de trabalho e dificuldades financeiras.

*Eu comecei a reforma da minha casa, ainda tá por terminar, daí comprei algumas coisas que eu nunca tive prioridade, sempre tive que pegar coisas usadas dos outros, então consegui comprar televisão dessas modernas... Pude comprar fogão bom, pude comprar fogão a lenha, pude comprar uma cozinha, jogo de sofá que nunca tive na minha vida, jogo de sofá. (Cravina, 66 anos)*

Essas mudanças na qualidade de vida de Cravina foram possíveis após os filhos estarem adultos e ela estar aposentada. Além disso, como ela é viúva, a mudança foi ainda mais acentuada, visto que ela passou a ser a titular do lote e, assim, passou a definir as suas prioridades e, de certo modo, se emancipou enquanto mulher. Uma evidência disso é que mesmo que os filhos fossem contra ela trabalhar na agroindústria, ela decidiu que iria, porque esse trabalho lhe faz sentir-se bem. Muito mais que uma mudança financeira, é uma mudança de hábitos, de qualidade de vida, em que ela se permitiu o conforto por muito tempo negado. Nesse sentido, quando questionada sobre o que é bem-estar, ela respondeu de forma direta, que “é trabalhar e saber que ao chegar o dia de fazer uma compra ou pagar alguma coisa ter o dinheiro para pagar”. (Cravina, 66 anos)

Sem dúvida, muitas foram as dificuldades que as mulheres interlocutoras desta pesquisa vivenciaram até chegar à situação que estão atualmente. O padrão de vida possível hoje comparando tanto questões de poder aquisitivo quanto de sociabilidade as tornam pessoas mais confiantes e seguras. Se hoje o trabalho é pesado, de

uma rotina cansativa, elas dizem não se importar, pois agora experimentam retorno positivo do esforço do trabalho que vai para além da família, que torna o trabalho mais prazeroso. Como diz Margarida, “a gente chega em casa com mais vontade”. Cabe aqui resgatar também o sentimento que Girassol relata ao sentir-se invisível dentro de casa, como apresentado anteriormente. Em boa medida, os relatos das mulheres entrevistadas nesta pesquisa sugerem que as mudanças com o trabalho na agroindústria vêm no sentido de atribuir sentido e valorização a elas por meio do trabalho.

Entendendo essas mudanças relatadas e também identificando por meio de alguns depoimentos que a renda da agroindústria ainda não é suficiente para que as mulheres estabeleçam outras dinâmicas de trabalho, que envolvam férias, descanso semanal e contratação de pessoal, ainda assim, o trabalho na agroindústria é muito valorizado por elas. Elas mencionam que, apesar dos limites que ainda existem, a renda oriunda do trabalho na agroindústria é fundamental, sobretudo, para as sócias que não têm outra fonte de renda, como a aposentadoria. Gérbera relata que, com o trabalho na agroindústria, ao menos tem uma garantia de renda mínima, o que não é possível em relação à renda do lote, que acontece por safra, ou vendas esporádicas ou ainda quando elas estão sujeitas a trabalhos informais.

*Graças a essa agroindústria que as coisas têm melhorado em casa, o resto é aquela coisa né, ou dá ou não dá. Aqui não, é certinho, os contratos das escolas são certos. Então isso é uma renda que graças a Deus faz muita diferença em casa. (Gérbera, 52 anos)*

Conforme apresenta a entrevistada quando se refere aos contratos das escolas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é de extrema importância para o desenvolvimento e permanência da agroindústria Mãos na Massa, uma vez que garante os pedidos e pagamentos fixos<sup>6</sup>. Desse modo, com renda garantida, as agricultoras podem definir um planejamento de investimentos e de produção. A renda da agroindústria revertida para o investimento pessoal recai também para atender as demandas emergentes da unidade familiar, o que acaba balizando e equilibrando os gastos e as despesas mensais. As despesas mensais não podem esperar a renda da safra do lote, de modo que a renda oriunda da agroindústria contribui para o não endividamento das famílias e para suprir possíveis demandas, como sugere Madiba: “o que tá judiando agora é as vacas, tem que comprar silagem, tem

<sup>6</sup> Importante relatar que após a pesquisa de campo, iniciou o período de Pandemia relacionada a COVID-19 –, que ocasionou o fechamento das escolas no Brasil. Em decorrência, por um longo período, as mulheres da agroindústria Mãos na Massa ficaram sem demanda de produtos para as escolas com as quais tinham contrato. Entretanto a partir do mês de junho de 2020 passaram a entregar em menor quantidade para a Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita a fim de compor as cestas básicas destinadas às famílias em vulnerabilidade social.

que comprar isso ou aquilo”. Ao se referir a questão da silagem e ao manejo das vacas, Madiba aponta que devido ao período de estiagem a pastagem não está sendo suficiente, impactando também na diminuição do leite. Por isso, precisam investir em alimentação suplementar para o rebanho, assim como em medicamentos, estratégias possíveis graças à renda oriunda da agroindústria. Sugere-se a partir deste trecho da fala de Madiba que embora ela tenha dificuldades em acessar a renda do lote, paradoxalmente, ela é quem garante algumas despesas da unidade familiar, como as despesas com os animais, por exemplo.

Quando questionada em relação à satisfação sobre a renda recebida a partir do trabalho na agroindústria Mãos na Massa e também sobre mudanças que esse trabalho lhes proporcionou, Madiba diz:

*Meu primeiro salário que eu recebi eu até chorei bastante, porque nunca tinha trabalhado, nunca tinha recebido na vida assim, esse aqui é meu, do meu trabalho, do meu suor... Daí até chorei tanto que não sabia se era de alegria ou de tristeza, mas era de alegria. (Madiba, 45 anos)*

O sentimento de valorização financeira do trabalho – “trabalhou e recebeu” – é uma realidade que no campo não é unânime para as mulheres, porque pesa sobre elas a condição de subalternidade em relação à renda do lote e o direito à terra. Além disso, a recompensa financeira valida o trabalho enquanto trabalho, pois Madiba, que sempre foi agricultora, cuidou dos filhos e da casa, diz se emocionar com o salário que recebe na agroindústria “porque nunca tinha trabalhado”, quando, na verdade, nunca tinha sido remunerada pelo seu trabalho.

É importante destacar que, como sugerem os dados da pesquisa, o que mais motiva as mulheres no trabalho na agroindústria é a valorização pessoal e profissional, a partir do qual notam seu trabalho gerando valor e, sobretudo, garantindo-lhes autonomia na gestão do recurso recebido, mesmo que elas dizem empregar a maior parte da renda em casa e também apoiando seus companheiros nos gastos do lote. Como explicam, é uma autonomia diferente de antes, quando vendiam produtos produzidos em casa e a renda era controlada por seus cônjuges. Sendo assim, o que antes significava uma autonomia relativa agora passou a ser uma autonomia quase que absoluta, pois o valor recebido é maior e, por ser produzido em ambiente externo a unidade familiar, contribui para que as mulheres consigam definir seus investimentos com menor interferência dos maridos.

Contudo, observando a trajetória das mulheres da agroindústria Mãos na Massa e percebendo as mudanças que a elas geram para além da renda, mas sobretudo voltadas à valorização, elas salientam também que embora tenham baixa escolaridade, por meio do trabalho na agroindústria conseguiram realizar

diversos cursos que agregam a sua prática diária, além de trocas de experiências com trabalhadores de outras agroindústrias, o que também lhes coloca em situação de maior autoconfiança.

Portanto, de modo geral, as melhorias da qualidade de vida das mulheres podem ser sintetizada na fala de Girassol, que diz:

*Melhorou muito minha vida depois da agroindústria, agora quando eu fui passear lá na mãe, eu estava comentando para ela, eu trabalhei 10 anos costurando, eu odiava costurar, agora que eu estou num serviço que eu gosto, eu posso dizer que sou feliz... ah não ser mandado por patrão, aquela coisa assim xingando.... Aqui é nosso, nós trabalhamos conforme nós podemos, nós sabemos que temos nossas obrigações, de estar com as coisas prontas na hora certa, mas a gente sabe que aqui é nosso, que nós decidimos como vamos fazer. Para mim melhorou bastante, posso dizer que sou feliz com a padaria. (Girassol, 45 anos)*

Embora Girassol tenha uma trajetória um pouco diferente das demais mulheres da agroindústria, pois mesmo no assentamento trabalhou como costureira, situação na qual, como ela relata, estava submetida e respondia a um patrão, para além da renda, a dimensão de trabalhar com o que gosta e o que é delas é o que as une na perspectiva de melhoria da qualidade de vida. Todavia, ao mesmo tempo em que reconhecem as mudanças positivas, elas relatam que muitas coisas ainda precisam acontecer para haver melhorias da unidade produtiva e para isso seguem investindo na construção coletiva, com vistas a desenvolver maior demanda de produção, o que conseqüentemente gerará maior renda.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo teve como objetivo analisar as dinâmicas de trabalho de mulheres assentadas da Reforma Agrária que se dedicam ao processamento de alimentos na Agroindústria Mãos na Massa, no Assentamento Sino, em Nova Santa Rita/RS, buscando discutir os sentidos do trabalho na vida dessas mulheres.

Os resultados da pesquisa permitem enfatizar a importância das relações de trabalho estabelecidas de forma coletiva, em um ambiente de moradia que possibilita a organização das famílias e das mulheres com vistas a emancipação humana e social, o que, na perspectiva de Kergoat (2019), implica a emancipação coletiva das mulheres por meio do trabalho. Em decorrência dessas mudanças já em curso no contexto estudado, é possível potencializar não apenas a emancipação individual que se estende para dentro no núcleo familiar, mas também a emancipação coletiva dessas mulheres.

No que se refere ao envolvimento das mulheres por meio do trabalho coletivo, que permite a elas inserção no trabalho produtivo, cabe refletir se por meio desse trabalho elas alcançarão de fato a emancipação, ou esta continuará apenas no ambiente restrito da agroindústria, sem se estender ao ambiente doméstico. Nesse sentido, cabe retomar a contribuição de Kergoat (2019), que reflete sobre o trabalho remunerado, considerando-o como base para autonomia das mulheres. Entretanto, como defende a autora, esta autonomia não significa, necessariamente, a libertação, a emancipação.

Constata-se que o trabalho na agroindústria revelou um novo posicionamento das mulheres interlocutoras desta pesquisa, sobretudo em relação a questões ligadas a autonomia financeira e a possibilidade de novas relações sociais. Este é o principal objetivo defendido pelo MST, ou seja, envolver as mulheres nos processos produtivos, a fim de gerar participação, autonomia e possibilidades de protagonismo das mulheres a partir do trabalho. Porém, embora em certa medida esse processo signifique algumas mudanças também no ambiente familiar, percebe-se que as práticas e desigualdades de gênero ainda se colocam presentes e naturalizadas sob novas justificativas, como o menor tempo das mulheres dedicado a unidade familiar, por exemplo.

Assim, mesmo com o entendimento acumulado sobre relações de trabalho, por meio das formações proporcionadas pela organização do MST, o que possivelmente contribui para perceberem que, diariamente, estão sobrecarregadas de trabalho, na prática, as mulheres interlocutoras desta pesquisa estão longe de ter plena equidade das relações de gênero no campo.

Este artigo evidencia também o assentamento, resultado de um projeto de reforma agrária, como espaço de desenvolvimento rural, com geração de trabalho, renda e de promoção da cooperação. Potencializa ainda o debate acerca do espaço feminino no campo, refletindo, a partir da experiência observada, as relações de trabalho coletivo de mulheres, que se fortalecem enquanto grupo. Assim, embora longe de alcançar equidade de gênero, projetos como o analisado nesta pesquisa apontam caminhos possíveis em direção a processos que ampliam a autonomia e emancipação de mulheres rurais.

## REFERÊNCIAS

BONI, Valdete. Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. *Anais* [...]. Quito: FLACSO, 2006. p. 1-17.

BONI, Valdete. **Produtivo ou reprodutivo:** o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares – um estudo na região oeste de Santa Catarina. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102731>.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e a reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, v. 11, n. 12, p. 6-17, jan./jun. 2008. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/download/130/58>.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Dossiê as Agricultoras do Sul do Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, n. 12, v.1, p. 205-227, jan./abr.2004. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo** São Paulo: Unesp, 2009. p. 256-262.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França:** perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

KERGOAT, Daniele. O trabalho, um conceito central para os estudos de gênero? In: MARUANI, Margaret (Org.). **Trabalho, logo existo:** perspectivas feministas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 287-294.

LANGBECKER, Tatielle Belem. Gênero e trabalho na pecuária familiar: uma leitura a partir da divisão sexual do trabalho. **Revista Alamedas**, v. 5, n. 2, p. 128-144, jan. 2017. Disponível em <https://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/18132>

MELO, Hildete P. de; DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais: invisíveis e mal remun-

neradas. *In*: Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA/Nead, 2006. p. 47-87. Disponível em <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/6967/BVE18040146p.pdf;jsessionid=A33A0BC622F01229CE5C434ABBD0CD9B?sequence=1>

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28. p. 64-70, 1987.

PROGRAMA AGRÁRIO DO MST. Cartilha Programa Agrário do MST. *In*: CONGRESSO NACIONAL, 7, 2014, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: MST, 2014. 56p.

SANTOS, Paulo Roberto P.; MEIRA, Ariana L.; SOUZA, Sandra E. (2018). Uma abordagem sobre o papel da mulher na cadeia produtiva do café no município da Barra do Choça, Bahia. **Redes**, 23(2), 60-80. <https://doi.org/10.17058/redes.v23i2.9934>

SARTRE, Xavier Arnauld de; *et al.* O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em áreas de fronteira. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Org.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 107-128.